



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 10695/18
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – IPM-JP

Aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais. Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 1701/2019

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

1.1. APOSENTANDO(A):

1.1.1. NOME: MARIA DA PAZ ARAÚJO DA SILVA

1.1.2. QUALIFICAÇÃO: Agente Administrativo, matrícula nº 23.764-7, lotada na Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON JP.

1.1.3. TEMPO DE SERVIÇO: 30 anos, 01 mês e 22 dias

1.1.4. IDADE: 56 anos.

1.2. – FUNDAMENTO LEGAL ORIGINAL: Art. 3º, incisos I, II, e III da EC 47/05.

1.3. - DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 27/04/2018.

1.4. – ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO: Semanário Oficial do Município, edição de 22 a 28/04/2018.

1.5. - AUTORIDADE EMITENTE: Superintendente do IPM.

2. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Opina pela legalidade do ato aposentatório em apreço e concessão do registro.

3. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em conceder registro ao ato de aposentadoria do(a) Sr(a). **MARIA DA PAZ ARAÚJO DA SILVA**, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos efetuados pelo órgão de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 05 de setembro de 2019.

Assinado 11 de Setembro de 2019 às 09:10



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 11 de Setembro de 2019 às 14:29



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO